

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio do Estado

Class.: 180

Data: 14.01.92

Pg.: 8

Funai é acusada de incentivar transferência de indígenas

Os quatro fazendeiros envolvidos na disputa pela Gleba ou Reserva Guassuty, em Aral Moreira, acusam a Funai (Fundação Nacional do Índio) de patrocinar, nos últimos meses, uma verdadeira invasão de 932 hectares do lugar. Os fazendeiros Tetsuo No, Aníbal Bruno Engel, Egidio Bruno e Ângelo Fantin afirmam que a Funai ao longo do ano passado estimulou a transferência de índios de outras reservas do Estado, prática, segundo eles, vedada pela Constituição Federal.

Através de carta enviada à redação do **Correio do Estado**, os fazendeiros asseguram possuir escrituras definitivas da área, remontando ao ano de 1935. Eles qualificam o lugar como "gleba" e não "reserva" — apesar de haver uma portaria assinada em outubro

pelo Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, autorizando a Funai a iniciar a demarcação da área, considerada reserva indígena —, possuindo ao todo 7.584 hectares que, segundo eles, nunca foram ocupados pelos guarani-caiúá. Os autores da ação de manutenção de posse asseguram que a área em discussão, de 932 hectares, foi "descontida como indígena em 1987, conforme resolução n° 10, editada pelo Grupo de Trabalho Interministerial".

Os fazendeiros dizem que "estranhamente", a Funai restabeleceu o processo administrativo em 1991. Eles denunciam que a Fundação elaborou um laudo "sem que qualquer técnico fosse até à área". "Os dados (do laudo) não correspondem com a situação fática, induzindo o Ministério da Justiça a determinar sua demarca-

ção", diz a carta assinada pelos fazendeiros e seu advogado, José Paulo Teixeira.

Conforme a versão apresentada na carta, a portaria ministerial autorizando a demarcação das terras foi uma "oportunidade, para os funcionários da Funai patrocinarem a invasão das fazendas, transferindo silvícolas de outras regiões". Os fazendeiros dizem que a Funai fez pouco caso da liminar concedida pela juíza Suzana Gomes, "não dando sequer resposta" às sugestões de formas de retirada apresentadas pelo advogado José Teixeira, dias antes do despejo. Os fazendeiros alegam que passaram a sofrer sérios prejuízos financeiros. "Alguns animais foram sacrificados e plantações semi-desfrutadas, inclusive com extração de erva mate", relata a carta.